

DE ACORDO COM O EDITAL Concurso Público 01/2026

CANELA-RS

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANELA-RIO GRANDE DO SUL

**PROFISSIONAL DO MAGISTÉRIO
COM HABILITAÇÃO TÉCNICA
PEDAGÓGICA - ORIENTADOR**

- ▶ Língua Portuguesa
- ▶ Didática
- ▶ Conhecimentos Específicos

CONTEÚDO DIGITAL

- ▶ Legislação



BÔNUS
CURSO ON-LINE

- PORTUGUÊS
- INFORMÁTICA



AVISO IMPORTANTE: **Este é um Material de Demonstração**

Este arquivo representa uma prévia exclusiva da apostila.

Aqui, você poderá conferir algumas páginas selecionadas para conhecer de perto a qualidade, o formato e a proposta pedagógica do nosso conteúdo. Lembramos que este não é o material completo.



POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?



- × Conteúdo totalmente alinhado ao edital.
- × Teoria clara, objetiva e sempre atualizada.
- × Dicas práticas, quadros de resumo e linguagem descomplicada.
- × Questões gabaritadas
- × Bônus especiais que otimizam seus estudos.

Aproveite a oportunidade de intensificar sua preparação com um material completo e focado na sua aprovação:
Acesse agora: www.apostilasopcao.com.br

Disponível nas versões impressa e digital, com envio imediato!

Estudar com o material certo faz toda a diferença na sua jornada até a APROVAÇÃO.





CANELA-RS

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CANELA - RIO GRANDE
DO SUL**

**PROFISSIONAL DO MAGISTÉRIO COM
HABILITAÇÃO TÉCNICA
PEDAGÓGICA – ORIENTADOR**

CONCURSO PÚBLICO 01/2026

CÓD: OP-223JL-26
7908403599752

ÍNDICE

Língua Portuguesa

1. Compreensão, interpretação e análise crítica de textos de diferentes gêneros e tipologias.....	9
2. Identificação de tema, tese, argumentos, pressupostos, subentendidos e informações implícitas.....	9
3. Relações intertextuais e interdiscursivas.....	15
4. Coesão, coerência, progressão temática e referenciação.....	19
5. Mecanismos de argumentação e efeitos de sentido.....	20
6. Semântica e significação contextual; sinonímia, antonímia, homonímia, paronímia, polissemia, ambiguidade, denotação e conotação.....	21
7. Figuras de linguagem.....	21
8. Funções da linguagem.....	22
9. Variação linguística e adequação comunicativa.....	25
10. Ortografia oficial.....	27
11. Acentuação gráfica.....	27
12. Classes de palavras e seus empregos morfossintáticos.....	29
13. Estrutura e formação de palavras.....	36
14. Flexão nominal e verbal; tempos, modos, vozes e correlação verbal.....	37
15. Termos da oração; período composto por coordenação e subordinação.....	40
16. Relações sintáticas, semânticas e lógico-discursivas.....	44
17. Concordância nominal e verbal.....	48
18. Regência nominal e verbal.....	50
19. Emprego da crase.....	51
20. Colocação pronominal.....	51
21. Pontuação e seus efeitos de sentido.....	53
22. Discurso direto, indireto e indireto livre.....	54
23. Reescrita, transformação e equivalência de estruturas; Paralelismo sintático e semântico; correção gramatical.....	56
24. Adequação vocabular.....	57
25. Redação oficial; conforme o manual de redação da presidência da república.....	58

Didática

1. Fundamentos históricos, filosóficos, sociológicos e psicológicos da educação.....	75
2. Teorias da aprendizagem.....	81
3. Tendências pedagógicas.....	86
4. Concepções de ensino, aprendizagem, currículo e avaliação.....	87
5. Função social da escola e papel do professor.....	91
6. Organização do trabalho pedagógico . planejamento educacional, curricular e de ensino.....	95
7. Projeto Político-Pedagógico.....	99
8. Planos de ensino e de aula; definição de objetivos, competências e habilidades; seleção e organização de conteúdos; metodologias, estratégias e recursos didático-pedagógicos.....	101

ÍNDICE

9. Metodologias ativas e práticas interdisciplinares	105
10. Relação entre teoria e prática	109
11. Mediação pedagógica e relação professor-aluno; gestão da sala de aula	113
12. Diversidade, inclusão, equidade e educação especial na perspectiva inclusiva; adaptações e acessibilidade curricular....	117
13. Avaliação diagnóstica, formativa e somativa; instrumentos, critérios e recuperação da aprendizagem.....	120
14. Tecnologias digitais aplicadas à educação	125
15. Educação integral.....	129
16. Interdisciplinaridade, transversalidade e contextualização	130
17. Alfabetização e letramento.....	134
18. Formação inicial e continuada de professores; práticas reflexivas e saberes docentes.....	135
19. Legislação e políticas educacionais brasileiras.....	139
20. Base Nacional Comum Curricular – BNCC.....	143
21. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9.394/1996	190
22. Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei nº 8.069/1990.....	209
23. Plano Nacional de Educação – Lei nº 13.005/2014.....	249
24. Ética, cidadania, direitos humanos e convivência democrática no ambiente escolar	264

Conhecimentos Específicos

Profissional do Magistério com Habilitação Técnica Pedagógica – Supervisor

1. Fundamentos históricos, filosóficos, sociais, políticos e pedagógicos da orientação educacional; papel do Orientador Educacional na organização do trabalho escolar	273
2. Atribuições, responsabilidades e limites de atuação do Profissional do Magistério com Habilitação Técnico Pedagógica – Orientador	276
3. Orientação educacional na perspectiva democrática, inclusiva, preventiva e emancipatória.....	280
4. Acompanhamento do processo de ensino e aprendizagem dos estudantes.....	285
5. Desenvolvimento integral do estudante nos aspectos cognitivo, afetivo, social, emocional, ético e cultural.....	289
6. Mediação entre estudante, família, professores, equipe gestora, comunidade e rede de apoio.....	293
7. Escuta qualificada, acolhimento, diálogo e intervenção pedagógica; identificação, acompanhamento e encaminhamento de dificuldades de aprendizagem, adaptação escolar, infrequência, evasão, abandono e baixo rendimento; estratégias de prevenção e enfrentamento ao fracasso escolar; orientação aos estudantes quanto à convivência, autonomia, responsabilidade, hábitos de estudo, organização pessoal e projeto de vida	297
8. Orientação vocacional, profissional e educacional.....	301
9. Desenvolvimento socioemocional, cidadania, protagonismo juvenil e participação estudantil; mediação de conflitos, cultura de paz, convivência democrática, disciplina e resolução não violenta de problemas; prevenção ao bullying, cyberbullying, discriminação, preconceito, racismo, capacitismo, violência escolar e outras formas de violação de direitos.....	305
10. Proteção integral de crianças e adolescentes no ambiente escolar	310

ÍNDICE

11. Estatuto da Criança e do Adolescente	314
12. Direitos humanos, diversidade, equidade, inclusão e respeito às diferenças; educação especial na perspectiva inclusiva e atuação da orientação educacional no atendimento a estudantes com deficiência, transtornos do desenvolvimento, altas habilidades e necessidades educacionais específicas; acessibilidade, adaptações razoáveis e articulação com o Atendimento Educacional Especializado – AEE.....	314
13. Relação família e escola: comunicação, corresponsabilidade, participação e orientação às famílias	318
14. Articulação com Conselho Tutelar, assistência social, saúde, Ministério Público e demais órgãos da rede de proteção; busca ativa escolar, acompanhamento da frequência e prevenção da evasão.....	323
15. Planejamento, execução e avaliação de ações, projetos e programas de orientação educacional; elaboração de relatórios, pareceres, registros, atas, encaminhamentos e documentos pedagógicos.....	327
16. Participação na elaboração, execução, acompanhamento e avaliação do Projeto Político-Pedagógico	332
17. Currículo, avaliação, recuperação da aprendizagem e intervenções pedagógicas; apoio aos professores na análise de situações pedagógicas, comportamentais e socioemocionais dos estudantes; organização de reuniões pedagógicas, conselhos de classe, atendimento às famílias e ações coletivas com turmas.....	337
18. Gestão democrática, participação escolar, conselhos escolares, grêmios estudantis e instâncias colegiadas	341
19. Legislação educacional aplicada à educação básica; Constituição Federal de 1988.....	345
20. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.....	348
21. Plano Nacional de Educação	348
22. Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica	348
23. Base Nacional Comum Curricular – BNCC.....	358
24. Estatuto da Pessoa com Deficiência.....	358
25. Políticas públicas educacionais, sociais e de proteção à infância e adolescência;.....	376
26. Ética profissional, sigilo, responsabilidade, postura institucional e respeito à dignidade dos estudantes	381
27. Trabalho interdisciplinar, intersetorialidade e atuação integrada com equipe gestora, coordenação pedagógica, professores e demais profissionais da escola	385
28. Educação para as relações étnico-raciais, diversidade cultural, igualdade de gênero, inclusão social, sustentabilidade e cidadania.....	389
29. Uso de tecnologias, registros digitais, sistemas escolares e dados educacionais no acompanhamento dos estudantes ...	393
30. Análise de indicadores educacionais, frequência, rendimento, comportamento, participação e permanência escolar.....	397
31. Promoção de ambiente escolar seguro, acolhedor, inclusivo, participativo e favorável à aprendizagem	402

Conteúdo Digital Legislação

1. Lei Orgânica Municipal; Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011)	3
2. Regime Jurídico Único dos Servidores	10
3. Estrutura Administrativa do Município de Canela	35
4. Plano de Carreira do Magistério Público Municipal de Canela	42
5. Plano Municipal de Educação de Canela	48
6. Lei Federal nº 14.640/2023 (Tempo Integral)	48
7. Lei Municipal nº 1.702/1999 (Sistema Municipal de Educação de Canela)	51
8. Lei Municipal nº 4.856/2024 (Diretrizes da Escola em Tempo Integral)	56

ÍNDICE

9. Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA – Lei nº 8.069/1990)	58
10. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica (DCNs)	99
11. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – Lei nº 9.394/1996).....	99
12. Constituição Federal de 1988 (Artigos 205 a 214)	119
13. Base Nacional Comum Curricular (BNCC); LBI – Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015)	122
14. Leis Complementares nº 26 (Magistério) e 27/2012 (Maestro e Monitor)	141
15. Lei Complementar nº 25/2012 (Regime Jurídico)	141
16. Decretos Municipais nº 7.207/2015 (Estágio Probatório) e nº 10.662/2025 (Registro de Ponto).....	164

Conteúdo Digital

▪ Para estudar o Conteúdo Digital acesse sua “Área do Cliente” em nosso site, ou siga os passos indicados na página 2 para acessar seu bônus.

<https://www.apostilasopcao.com.br/customer/account/login/>

LÍNGUA PORTUGUESA

COMPREENSÃO, INTERPRETAÇÃO E ANÁLISE CRÍTICA DE TEXTOS DE DIFERENTES GÊNEROS E TIPOLOGIAS

Compreender e interpretar textos é essencial para que o objetivo de comunicação seja alcançado satisfatoriamente. Com isso, é importante saber diferenciar os dois conceitos. Vale lembrar que o texto pode ser verbal ou não-verbal, desde que tenha um sentido completo.

A **compreensão** se relaciona ao entendimento de um texto e de sua proposta comunicativa, decodificando a mensagem explícita. Só depois de compreender o texto que é possível fazer a sua interpretação.

A **interpretação** são as conclusões que chegamos a partir do conteúdo do texto, isto é, ela se encontra para além daquilo que está escrito ou mostrado. Assim, podemos dizer que a interpretação é subjetiva, contando com o conhecimento prévio e do repertório do leitor.

Dessa maneira, para compreender e interpretar bem um texto, é necessário fazer a decodificação de códigos linguísticos e/ou visuais, isto é, identificar figuras de linguagem, reconhecer o sentido de conjunções e preposições, por exemplo, bem como identificar expressões, gestos e cores quando se trata de imagens.

Dicas práticas

- Faça um resumo (pode ser uma palavra, uma frase, um conceito) sobre o assunto e os argumentos apresentados em cada parágrafo, tentando traçar a linha de raciocínio do texto. Se possível, adicione também pensamentos e inferências próprias às anotações.
- Tenha sempre um dicionário ou uma ferramenta de busca por perto, para poder procurar o significado de palavras desconhecidas.
- **Fique atento aos detalhes oferecidos pelo texto:** dados, fonte de referências e datas.
- 4. Sublinhe as informações importantes, separando fatos de opiniões.
- **Perceba o enunciado das questões. De um modo geral, questões que esperam compreensão do texto aparecem com as seguintes expressões:** o autor afirma/sugere que...; segundo o texto...; de acordo com o autor... Já as questões que esperam **interpretação do texto** aparecem com as seguintes expressões: conclui-se do texto que...; o texto permite deduzir que...; qual é a intenção do autor quando afirma que...

IDENTIFICAÇÃO DE TEMA, TESE, ARGUMENTOS, PRESSUPOSTOS, SUBENTENDIDOS E INFORMAÇÕES IMPLÍCITAS

MENSAGENS EXPLÍCITAS E IMPLÍCITAS

Na comunicação verbal e escrita, as mensagens podem ser transmitidas de forma explícita, quando a informação está claramente apresentada, ou de forma implícita, quando o entendimento depende da interpretação do leitor ou ouvinte.

Essa distinção é essencial para a análise de textos e discursos, especialmente em provas de concursos públicos e exames que exigem compreensão detalhada do conteúdo.

► O Que São Mensagens Explícitas

As mensagens explícitas são aquelas em que a informação está claramente expressa no texto, sem necessidade de dedução ou interpretação subjetiva. Elas transmitem um conteúdo direto e objetivo, permitindo ao leitor compreender o significado sem esforço adicional.

Exemplo de mensagem explícita:

Frase: O trânsito está congestionado devido ao excesso de veículos na avenida.

Análise: A informação é clara e objetiva. O trânsito está congestionado, e a causa é o excesso de veículos.

As mensagens explícitas são comuns em textos informativos, como notícias, artigos científicos e comunicados oficiais, nos quais a precisão das informações é essencial.

► O Que São Mensagens Implícitas

As mensagens implícitas exigem que o leitor faça inferências a partir do contexto e do conhecimento prévio. Essas mensagens podem estar disfarçadas por meio de figuras de linguagem, ironia, metáforas ou omissões estratégicas.

Exemplo de mensagem implícita:

Frase: Se eu fosse você, não sairia agora.

Análise: O enunciado não afirma diretamente que há trânsito ou perigo, mas sugere que há algum problema para sair naquele momento.

A interpretação de mensagens implícitas depende de elementos como:

- Contexto do discurso, ou seja, quem fala, para quem e em que situação



AMOSTRA

- Conhecimento de mundo, que envolve informações culturais, sociais e históricas compartilhadas entre emissor e receptor
- Uso de recursos linguísticos, como ironia, metáfora e eufemismo

Diferença Entre Implícito e Subentendido:

Embora as mensagens implícitas e subentendidas sejam frequentemente confundidas, há uma diferença sutil entre elas.

- **Mensagem implícita:** Está no discurso, mas exige inferência para ser compreendida. O emissor insere pistas no texto para que o leitor chegue à conclusão.
- **Mensagem subentendida:** Não está necessariamente no texto, mas pode ser deduzida a partir do contexto geral.

Exemplo de mensagem implícita:

Frase: *Este restaurante nunca tem fila.*

Análise: *Pode indicar que o restaurante não é popular ou que o serviço é rápido.*

Exemplo de mensagem subentendida:

Frase: *Gostei muito do presente. (Dito com expressão de desagrado)*

Análise: *Embora as palavras afirmem satisfação, a expressão facial sugere o contrário.*

Estratégias para Identificar Mensagens Implícitas:

Para compreender mensagens implícitas em textos e discursos, algumas estratégias podem ser utilizadas:

- Prestar atenção ao contexto e ao objetivo da fala ou do texto
- Observar a escolha das palavras e verificar possíveis ambiguidades ou indiretas
- Considerar o tom do discurso, especialmente quando há ironia ou sarcasmo
- Analisar elementos não verbais em textos multimodais, como imagens em charges e propagandas, que podem sugerir significados além do que está escrito

► Exemplos em Diferentes Gêneros Textuais

Em uma notícia:

- **Explícito:** O governo anunciou um novo programa de habitação popular.
- **Implícito:** O governo tenta melhorar sua imagem com novas políticas sociais. (Sugere que há uma intenção política por trás da ação).

Em uma propaganda:

- **Explícito:** Este creme hidrata sua pele por 24 horas.
- **Implícito:** Se você não usar este creme, sua pele pode ficar ressecada. (Sugere que o uso do produto é necessário).

Em uma charge:

- **Explícito:** O desenho mostra um homem carregando várias sacolas de compras.
- **Implícito:** A expressão cansada do personagem pode sugerir que o consumo excessivo gera desgaste físico e financeiro.

TEMA E ASSUNTO DO TEXTO

Tema e assunto são conceitos próximos, mas não idênticos. Compreender essa diferença ajuda muito na interpretação textual. O assunto é o campo geral de que o texto trata. O tema é o recorte específico, a abordagem ou o enfoque dado a esse assunto. Em outras palavras, o assunto é mais amplo; o tema é mais delimitado.

Por exemplo, um texto pode ter como assunto “tecnologia”. Esse assunto é amplo. O tema pode ser “os impactos do uso excessivo de celulares na infância”. Outro texto pode ter o mesmo assunto, tecnologia, mas tratar do tema “a importância da inclusão digital para idosos”. O assunto permanece geral; o tema muda conforme o enfoque.

Identificar o assunto é geralmente mais simples. Basta perguntar: sobre o que o texto fala? A resposta costuma ser uma palavra ou expressão ampla, como educação, saúde, meio ambiente, violência, leitura, trabalho, alimentação, infância, transporte ou cultura.

Identificar o tema exige maior precisão. A pergunta adequada é: o que o texto diz especificamente sobre esse assunto? Qual aspecto foi escolhido? Qual recorte o autor desenvolve? O tema costuma aparecer como uma frase mais completa, indicando a abordagem central.

Em textos curtos, como tirinhas, charges e poemas, o tema pode ser percebido pela relação entre linguagem verbal e não verbal, humor, crítica ou situação apresentada. Em textos longos, o tema costuma ser construído ao longo dos parágrafos, especialmente pela repetição de ideias e pelo desenvolvimento do raciocínio.

O título pode ajudar na identificação do tema, mas nem sempre resolve sozinho. Alguns títulos são diretos e indicam claramente o recorte. Outros são metafóricos, irônicos ou vagos. Por isso, é necessário ler o texto inteiro antes de definir o tema.

As palavras-chave também ajudam. Termos repetidos ou relacionados ao mesmo campo semântico indicam o assunto e ajudam a delimitar o tema. Se um texto repete palavras como “leitura”, “crianças”, “formação”, “imaginação” e “escola”, provavelmente trata da importância da leitura na infância ou na educação.

A introdução e a conclusão costumam trazer pistas importantes. Em textos argumentativos e expositivos, o primeiro parágrafo muitas vezes apresenta o tema, enquanto o último retoma ou reforça a ideia principal. No entanto, nem todos os textos seguem essa organização de forma explícita.

É importante não confundir tema com opinião do autor. O tema é aquilo que está sendo tratado; a opinião é o que o autor pensa sobre isso. Por exemplo, em um texto cujo tema é “o uso de uniformes escolares”, a tese pode ser “o uniforme contribui para a igualdade entre estudantes” ou “o uniforme limita a expressão individual”. O tema é o recorte; a tese é a posição.

DIDÁTICA

FUNDAMENTOS HISTÓRICOS, FILOSÓFICOS, SOCIOLÓGICOS E PSICOLÓGICOS DA EDUCAÇÃO

Fundamentos da Educação¹

A educação deve levar em conta a natureza própria do indivíduo, encontrando esteios nas leis da constituição psicológica do indivíduo e seu desenvolvimento. A relação entre os indivíduos a educar e a sociedade torna-se recíproca. Pretende que a criança aproxime do adulto não mais recebendo as regras de boa ação, mas conquistando-as com seu esforço e suas experiências pessoais, em troca a sociedade espera das novas gerações mais do que uma imitação; espera um enriquecimento.

Caso queiramos proceder corretamente no campo técnico da educação, teremos que a elas recorrer para que não sejamos tentados em nossa ação educativa, a impor modelos, para com que eles, os alunos, se identifiquem. Teremos sim que lhes oferecer situações. experiências que resultem em uma modelagem adequada. Modelagem não estereotipada, mas decorrentes das diferenças individuais de cada aluno.

► Fundamentos Sociológicos

No Brasil, convivem lado a lado, uma Sociologia de Educação cética com relação à ordem existente, baseada em modelo marxista, uma outra baseada em metodologia de pesquisa empírica e, ainda outra que, rejeitando ambas as abordagens, adota perspectivas de inspiração interacionista, fenomenológica ou etnometodológica. As diferenças entre os referenciais teóricos, os temas tratados e a orientação política são tão grandes que talvez fosse mais correto falar em Sociologas da Educação.

Nos últimos vinte anos pertencem a Althusser (1970), Bowles e Gintis (1976), Bourdieu e Passeron (1970) e Michael Yong (1971), os estudos que marcaram e delimitaram o campo da Sociologia Educacional. Estes estudos postulam que a produção e reprodução das classes reside na capacidade de manipulação e moldagem das consciências, na preparação de tipos diferenciados de subjetividade de acordo com as diferentes classes sociais.

A escola participa na consolidação desta ordem social pela transmissão e incubação diferenciada de certas ideias, valores, modos de percepção, estilos de vida, em geral sintetizados na noção de ideologia. Os estudos centram-se nos mecanismos amplos de reprodução social via escola.

Num outro eixo, encontramos os ensaios da Nova Sociologia da Educação preocupados em descrever as minúcias do funcionamento do currículo escolar e seu papel na estruturação das desigualdades sociais. A Nova Sociologia da Educação coloca a problematização dos currículos escolares no centro da análise sociológica de Educação.

A Sociologia da Educação, hoje, aborda como tema central de discussão: o papel da educação na produção e reprodução da sociedade de classes. A Educação facilmente descobre que um dos lugares eminentes de sua teoria e de sua prática está no interior dos movimentos sociais. Cabe, pois, a escola o papel de preparar técnica e subjetivamente as diferentes classes sociais para ocuparem seus devidos lugares na divisão social.

Bourdieu e Passeron percebem como essa divisão é mediada por um processo de reprodução cultural. Sabemos que as forças culturais que atuam sobre o comportamento precisam ser conhecidas para um melhor planejamento e, conseqüentemente, melhor ensino. De particular interesse para o processo educativo são os fatores familiares, o grupo de adolescentes a que se filia ("a turma") e a escola.

As condições do ambiente forjam a sua resposta ou reticência, aos estímulos, formando padrões de hábitos que encorajam ou desencorajam as atividades que motivam ou desmotivam a aprendizagem. O comportamento em classe está estritamente relacionado com o ambiente familiar e a sua posição socioeconômica. Fatores estes ocasionadores de procedimentos antissociais ou de extrema instabilidade e falta de amadurecimento.

A "turma" é de vital importância para o adolescente que, ao "enturmar-se", prefere os padrões de seu grupo aos dos adultos, algumas vezes diminuindo até o seu rendimento escolar para satisfazer o seu grupo. O aluno, ser temporal e espacial, vivendo dentro de uma comunidade, pertencendo a um grupo social, participando de instituições várias, possuindo um "status" socioeconômico, para integrar-se aos padrões de comportamento social necessita de um atendimento dentro da sua realidade individual.

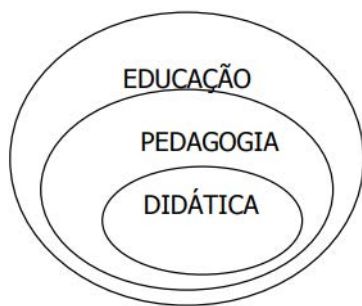
A organização de currículos, programas e planejamentos de ensino alienados da realidade social não é de natureza prática e não conduz a motivação. No entanto, como os grandes educadores e pedagogos, deveríamos ir muito além, formando "conceitos humanísticos" que superam dialeticamente o individual e o social para fazer surgir o ser humano integral, dando ao educando condições de adaptação em qualquer tipo de sociedade no tempo e no espaço.

► Fundamentos Psicológicos

Iniciemos situando Educação como o âmbito amplo que abarcaria, numa representação espacial, em círculos concêntricos, a Pedagogia e a Didática, como no esquema que segue.

¹ <https://pedagogiaparaconcurseiros.com.br/apostila-de-fundamentos-da-educacao/>

AMOSTRA



A Educação compete todos os detalhes, em toda a amplitude das situações que produzem ou provocam aprendizagem. Consideramos Educação como o campo característico da categoria dos humanos, porque a definimos como a esfera das aprendizagens. Ela é característica do humano, uma vez que o homem tem como sua marca definidora o fato de ser um ser de cultura, por conseguinte, um ser que aprende.

Aprender pode ser definido como a forma construída pelo bicho-homem de enfrentamento da realidade que o circunda e que lhe permite sobreviver ou, mais ainda, que lhe permite transformar o seu entorno com vistas a sua felicidade. Em face da complexidade e da amplitude dos fenômenos que regem os atos de aprender, a sua abordagem é intrinsecamente interdisciplinar. Assim, educação se faz obrigatoriamente a partir dos múltiplos enfoques.

No esquema acima, a passagem do exterior ao interior está associada a um movimento cada vez mais especializado, do informal ao formal. Assim, Educação na região exterior à Pedagogia, compreenderia as responsabilidades e as atuações da sociedade como um todo em suas ações (não propriamente intencionais) provocadoras de aprendizagens. Tratar-se-ia da atmosfera que se gera, pelo tipo de organização social e material dos agrupamentos humanos.

Na Pedagogia, restringe-se a amplitude para reforçar a profundidade da abordagem dos fenômenos do aprender. Para explicar a Pedagogia, é útil passar-se à definição da Didática, uma vez que aquela abarca esta.

A Didática é a parte da Pedagogia que se ocupa das aprendizagens complexas que requerem sistematização e organização. A Pedagogia pode ser entendida como o contexto que possibilita a Didática. Ela se ocupa do ambiente que possibilita as aprendizagens mais pontuais e específicas dos campos científicos, que configuram as disciplinas escolares.

A Didática é a ciência que dá conta de fazer com que alguém, não tendo um certo conhecimento, passe a tê-lo; isto é, ela se ocupa da construção dos conhecimentos, na perspectiva construtivista. Porém o que são conhecimentos? Quais suas características definidoras? Quais suas relações com o saber? O que saber e conhecimento têm em comum e em que divergem? Há entre eles precedência ou complementaridade? Estas e outras perguntas serão abordadas, a seguir, através da conceituação e classificação de quatro produtos da aprendizagem.

Produtos de Aprendizagem

Dentre os múltiplos ângulos em que a aprendizagem pode ser analisada, merece importância a caracterização dos tipos de produtos que dela derivam. Propomos o esquema que segue, como síntese de uma abordagem destes produtos.

	Não Sistematizada	Sistematizada
Não transformadora	Chute	Conhecimento
Transformadora	Saber	Práxis

Consideramos nestes produtos de aprendizagem dois atributos principais: a sua sistematização e a sua capacidade de transformação. A combinatória da presença ou da ausência desses dois atributos caracteriza os quatro espaços deste esquema, isto é, o chute, o saber, o conhecimento e a práxis.

Denominamos **chute** um produto da aprendizagem não sistematizado e não transformador. Chute pode ser tomado como algo aproximado a improviso. Como define o dicionário Aurélio, improviso é um produto intelectual inspirado na própria ocasião e feito de repente, sem preparo.

Observemos que estamos nos atendo à definição de improviso, enquanto produto intelectual sem preparo, que é o chute. Não consideramos, neste contexto, a validade da intuição ou da espontaneidade, que também podem estar embutidas no sentido comumente dado à palavra improviso. Chute, portanto, tem aqui a conotação de algo aprendido muito superficialmente, localizado, sem nenhuma generalização.

Chamamos de **saber** o produto de aprendizagem não sistematizado, mas transformador. Um produto de aprendizagem é transformador na medida em que acrescenta ser a quem aprende, modificando lhe em algo a maneira de viver.

Uma aprendizagem não é sistematizada quando ela é apenas descritiva de etapas de soluções de um problema, sem entrar na análise desta solução. O saber implica num valor capaz de mobilizar energias de quem aprende, a ponto de levá-lo a novas formas de vida.

Chamamos de **conhecimento** um produto de aprendizagem sistematizado, mas não transformador. Uma aprendizagem não é transformadora, quando ela somente instrumentaliza teoricamente de forma desvinculada da prática.

Um produto de aprendizagem não é transformador quando apenas ilustra, sem mover o aprendiz a incorporar nova postura existencial ou nova capacitação prática. Um produto de aprendizagem é sistematizado, quando ele chega à explicação das causas dos problemas enfrentados; e isto de forma organizada. Esta organização pode ser explicitada em livros ou similares, por escrito.

O saber transforma, mas não é sistematizado. O conhecimento é sistematizado, mas não é transformador.

O saber é pessoal; e o conhecimento é social ou socializável, na medida em que pode ser ou é sistematizado. O saber é mais ligado à ação, enquanto o conhecimento é mais ligado à reflexão e à linguagem. O saber tem mais a ver com percepções e movimentos, enquanto o conhecimento tem mais a ver com as palavras.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

FUNDAMENTOS HISTÓRICOS, FILOSÓFICOS, SOCIAIS, POLÍTICOS E PEDAGÓGICOS DA ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL; PAPEL DO ORIENTADOR EDUCACIONAL NA ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO ESCOLAR

A orientação educacional não surgiu inicialmente como uma função escolar claramente definida. Em diferentes sociedades, famílias, grupos religiosos, mestres e comunidades já orientavam crianças e jovens quanto aos comportamentos esperados, às escolhas de vida e à preparação para o trabalho. Essas práticas tinham caráter informal e reproduziam os valores, as hierarquias e as necessidades econômicas de cada época.

A industrialização, a urbanização e a ampliação da escolarização modificaram esse cenário. A diversificação das ocupações e a necessidade de preparar trabalhadores para funções específicas favoreceram o aparecimento da orientação profissional. Em sua fase inicial, buscava-se identificar aptidões individuais e ajustá-las às exigências das profissões. Testes psicológicos, entrevistas e classificações passaram a ser utilizados para direcionar escolhas.

Essa perspectiva possuía uma lógica predominantemente adaptativa: cabia ao estudante ajustar-se ao trabalho e às normas sociais existentes. Problemas de aprendizagem ou comportamento eram frequentemente interpretados como dificuldades individuais, sem análise suficiente das condições familiares, pedagógicas, econômicas e institucionais.

Influências da psicologia e da pedagogia

A psicologia contribuiu para o conhecimento sobre desenvolvimento, personalidade, aprendizagem, interesses e relações interpessoais. Entretanto, quando aplicada de maneira reducionista, favoreceu práticas de diagnóstico, classificação e encaminhamento que separavam o estudante de seu contexto social.

O desenvolvimento das teorias pedagógicas ampliou essa compreensão. O estudante passou a ser reconhecido como sujeito ativo, histórico e social. A orientação educacional aproximou-se, então, do currículo, do planejamento, da avaliação e das relações estabelecidas na escola.

A transformação histórica pode ser compreendida por meio do seguinte quadro:

Período predominante	Foco da orientação	Característica da atuação	Limitação recorrente
Origem profissional	Escolha de ocupações	Identificação de aptidões	Ajustamento ao mercado
Influência psicológica	Personalidade e comportamento	Atendimento individual	Psicologização dos problemas
Integração pedagógica	Aprendizagem e desenvolvimento	Articulação com docentes	Participação institucional ainda restrita
Perspectiva crítica	Direito à educação e inclusão	Trabalho coletivo e preventivo	Necessidade de superar práticas tradicionais

► Trajetória no contexto brasileiro

Institucionalização da função

No Brasil, a orientação educacional ganhou espaço com a expansão do ensino e com a organização de serviços escolares especializados. Durante parte de sua trajetória, esteve vinculada à orientação vocacional, ao aconselhamento individual e ao controle disciplinar. O orientador era frequentemente visto como responsável por corrigir comportamentos, atender estudantes considerados problemáticos e auxiliar na adaptação às normas institucionais.

Essa configuração refletia uma escola marcada pela seletividade. O fracasso escolar era explicado, muitas vezes, como resultado de falta de esforço, capacidade ou apoio familiar. As práticas de orientação podiam reforçar essa leitura ao concentrar a intervenção no estudante, deixando em segundo plano o currículo, as metodologias, a avaliação e as desigualdades sociais.



AMOSTRA

Redefinição crítica da orientação educacional

A democratização da educação fortaleceu uma compreensão mais ampla da função. A atuação deixou de se limitar ao aconselhamento e passou a envolver a organização do trabalho pedagógico, a inclusão, a participação estudantil e a mediação das relações escolares.

Essa redefinição provocou mudanças essenciais:

- O atendimento isolado foi ampliado para o acompanhamento coletivo das turmas e dos processos escolares.
- A correção de comportamentos cedeu espaço à compreensão das causas pedagógicas, sociais e institucionais dos conflitos.
- A orientação vocacional passou a integrar projetos de vida que consideram identidade, cidadania, estudo e trabalho.
- A responsabilização do estudante e da família foi substituída pela análise compartilhada das responsabilidades escolares.
- O caráter administrativo da função foi reorientado para uma atuação pedagógica, preventiva e democrática.

FUNDAMENTOS FILOSÓFICOS, SOCIAIS E POLÍTICOS**► Conceções filosóficas da orientação educacional****Ser humano, educação e formação integral**

Toda prática de orientação educacional pressupõe uma concepção de ser humano. Quando o estudante é entendido como sujeito passivo, a orientação tende a exigir obediência e adaptação. Quando é reconhecido como sujeito histórico, capaz de interpretar a realidade e participar de sua transformação, a atuação assume caráter dialógico e formativo.

A formação integral envolve dimensões intelectuais, afetivas, sociais, culturais, éticas e corporais. Isso impede que o orientador reduza sua atuação ao rendimento acadêmico ou ao comportamento disciplinar. Uma dificuldade de aprendizagem, por exemplo, deve ser analisada em relação às experiências do estudante, às práticas docentes, à organização curricular e às condições concretas de escolarização.

A autonomia também constitui um fundamento filosófico relevante. Orientar não significa decidir pelo estudante, mas criar condições para que ele desenvolva responsabilidade, pensamento crítico e capacidade de escolha. A autoridade educativa permanece necessária, mas deve ser exercida com diálogo, critérios transparentes e respeito à dignidade.

► Fundamentos sociais**Escola, cultura e desigualdade**

A escola é uma instituição social atravessada por diferenças de classe, raça, gênero, território, religião, geração e condições de deficiência. Essas diferenças não produzem automaticamente desigualdades; elas se tornam desiguais quando determinados grupos enfrentam discriminação, baixa expectativa pedagógica, barreiras de acesso ou oportunidades reduzidas.

O orientador precisa analisar o estudante em seu contexto, evitando explicações baseadas em preconceitos. A família não deve ser responsabilizada de forma genérica pelo desempenho

escolar, especialmente quando enfrenta jornadas extensas de trabalho, pobreza, dificuldades de transporte ou acesso limitado a serviços públicos.

Algumas relações entre dimensão social e atuação escolar podem ser observadas na tabela:

Dimensão	Manifestação possível na escola	Intervenção do orientador
Desigualdade econômica	Faltas, dificuldade de acesso a materiais	Articulação de apoio e revisão de exigências excludentes
Diversidade cultural	Conflitos de valores e invisibilização	Valorização das identidades e diálogo intercultural
Discriminação	Isolamento, violência e baixa participação	Proteção, responsabilização e ação educativa
Vulnerabilidade social	Rupturas na trajetória escolar	Acompanhamento e articulação com a rede de proteção
Barreiras institucionais	Exclusão de estudantes com necessidades específicas	Mobilização por acessibilidade e participação

Socialização e convivência democrática

A escola ensina conteúdos, mas também valores, regras e formas de convivência. O orientador atua para que esse processo não se baseie exclusivamente na punição. Regras precisam ter finalidade educativa, ser compreendidas pelos estudantes e valer de maneira coerente para todos.

► Fundamentos políticos**Educação, poder e participação**

A educação é política porque envolve decisões sobre conhecimentos, oportunidades, direitos e formas de participação. O currículo seleciona saberes; a avaliação produz consequências; as normas definem comportamentos legítimos; a gestão distribui espaços de decisão. O orientador deve reconhecer essas relações para não tratar problemas institucionais como falhas pessoais.

A dimensão política da atuação manifesta-se em compromissos indispensáveis:

- Defender o acesso, a permanência, a aprendizagem e a participação de todos os estudantes.
- Combater práticas discriminatórias, humilhantes, autoritárias ou excludentes.
- Promover escuta estudantil sem transformar participação em mera formalidade.
- Contribuir para decisões coletivas baseadas em necessidades pedagógicas e direitos educacionais.
- Problematicar mecanismos escolares que produzem reprovação, evasão ou silenciamento.



GOSTOU DESSE MATERIAL?

Imagine o impacto da versão **COMPLETA** na sua preparação. É o passo que faltava para garantir aprovação e conquistar sua estabilidade. Ative já seu **DESCONTO ESPECIAL!**

EU QUERO SER APROVADO!

